

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência é a Aquisição de equipamentos de informática para atender as necessidades do CONISA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VL total
1.	TABLET: Tela Mín. 10" / Resolução 1920×1200 / 90 Hz; Memória RAM Mínimo 4 GB; Armazenamento 64 GB / Expansão microSD até 1 TB; Processador Octa-core ≥ 2,0 GHz; Sistema Operacional Android 13 ou superior; Câmera Traseira Mínimo 8 MP; Câmera Frontal Mínimo 5 MP; Bateria Mínimo 7.000 mAh; Conectividade Wi-Fi + Bluetooth; Porta USB-C; Acessórios Carregador + cabo originais; Garantia 12 meses. Produto de referência (igual, superior ou equivalente): Samsung Galaxy Tab A9+.	Und	01	R\$ 1.291,34
2.	Computador CPU MINI COMPACTO COM OS CABOS DE FORÇA E HDMI. Configuração MÍNIMA: processador 3,0 GHz de 13ª geração ou superior, memória 16 GB, HD SSD mínimo 480 GB, saída de vídeo HDMI, 3 portas USB, porta de rede cabeada RJ45 (10/100/1000), sistema operacional Windows 11 Pro 64 bits. MARCAS ACEITAS: SANSUNG, DELL, LENOVO OU SIMILAR.	Und	01	R\$ 3.871,00
3.	Teclado usb abnt2 com fio.	Und	01	R\$ 37,97
4.	Mouse óptico usb com fio.	Und	01	R\$ 27,08

1.2. Os itens objeto da presente aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho.

1.3. Os itens objeto da presente aquisição são classificados como bens comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Compra, podendo ser prorrogada nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

1.5. O fornecimento do item acima descrito será único, no prazo e no local de entrega descritos neste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da presente contratação e a descrição da necessidade administrativa decorrem de demanda concreta e atual do órgão requisitante, devidamente caracterizada no âmbito deste Termo de Referência.

2.2. Cabe salientar que a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) foi facultada, nos termos do Art. 39 do Ato da Presidência nº 014/2023, que excepciona a sua exigência nas hipóteses de dispensa de licitação em razão de valor, conforme previsto no art. 75, incisos I e II da Lei Federal nº 14.133/21.

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO

3.1. O CONISA necessita adquirir um computador e um tablet para atender, de forma adequada e contínua, às demandas administrativas diárias, considerando o crescimento do volume de atividades internas, a necessidade de maior agilidade na tramitação de informações e a melhoria da qualidade dos serviços prestados. A aquisição do computador se justifica por ser equipamento essencial à execução das rotinas de trabalho que exigem maior capacidade de processamento e estabilidade, tais como elaboração e atualização de documentos, relatórios

e planilhas, alimentação de sistemas e plataformas institucionais, organização e arquivamento digital de dados, acompanhamento de processos, atendimento a comunicações oficiais e suporte às demais áreas administrativas. Já o tablet se mostra necessário como ferramenta de mobilidade e apoio às atividades que demandam deslocamentos e atuação fora do ambiente fixo de escritório, permitindo acesso rápido a e-mails, sistemas, documentos e formulários, realização de registros e conferências em campo, participação em reuniões com consulta imediata de informações e coleta de assinaturas e evidências digitais quando aplicável, contribuindo para maior eficiência, padronização e segurança no fluxo de trabalho. Assim, a aquisição dos equipamentos atende ao interesse público, fortalece a estrutura operacional administrativa, favorece a modernização e a digitalização dos procedimentos, reduz retrabalho e atrasos, e assegura melhores condições para que o CONISA desempenhe suas atribuições com eficiência, continuidade e economicidade, alinhando-se à necessidade de suporte tecnológico mínimo para o funcionamento regular das atividades administrativas.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. Com base nas necessidades identificadas, a solução para a aquisição dos equipamentos consiste na realização de um processo de dispensa de licitação, nos termos do art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de aquisição de bens de informática cujo valor estimado global não ultrapassa o limite legal para essa modalidade. A solução envolve as seguintes etapas fundamentais:

Ciclo de Vida do Objeto

4.2. **Planejamento da Contratação:** Identificação da necessidade para a aquisição dos equipamentos que irão atender as necessidades propostas pelo CONISA.

4.3. **Seleção do Fornecedor e Formalização:** Realização do procedimento de dispensa eletrônica, com julgamento pelo menor preço, verificação da habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica do fornecedor, seguida da assinatura do contrato ou instrumento equivalente e sua devida publicação.

4.4. **Execução do Fornecimento:** Fornecimento/entrega dos equipamentos no local indicado neste instrumento, observando os padrões de qualidade, prazos e condições definidos no Termo de Referência.

4.5. **Gestão, Fiscalização e Pagamento:** Acompanhamento e fiscalização da execução contratual pelos fiscais designados, verificação da conformidade dos equipamentos entregues, registro de ocorrências, atesto das notas fiscais e realização dos pagamentos conforme critérios e prazos estabelecidos.

4.6. **Encerramento e Avaliação:** Conclusão da vigência contratual, avaliação do desempenho do fornecedor quanto ao cumprimento das obrigações assumidas, verificação do atendimento às necessidades institucionais, registro das lições aprendidas e adoção das providências necessárias para eventual prorrogação ou nova contratação.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. São requisitos de contratação:

- 5.2. A entrega será única de acordo com as necessidades do requerente, em conformidade com o Termo de Referência e a Emissão da Ordem de Compra emitida pelo CONISA.
- 5.3. Os produtos deverão ser de primeira qualidade, em atendimento as especificações discriminadas neste documento e estar dentro dos padrões de aceitabilidade.
- 5.4. Comprovada a inferioridade, alteração ou inadequação de qualquer produto, responderá a licitante vencedora por danos causados oriundos da utilização dos combustíveis.
- 5.5. **Para o Fornecimento dos equipamentos, a contratada terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir do recebimento da Ordem de Compra para a entrega dos equipamentos.**
- 5.6. A Contratada deverá estar apta a fornecer os produtos logo após o recebimento da Ordem de Compra.
- 5.7. Constatando-se qualquer irregularidade e/ou deficiência no material entregue, será exigida a sua substituição, considerando-se, para esse efeito, o prazo máximo de 05 (dias) dias corridos, sendo de inteira responsabilidade da fornecedora todos os ônus decorrentes da retirada e reposição do material.
- 5.8. Os produtos mesmo entregue e aceito ficam sujeitos à substituição, desde que comprovada a má-fé do fornecedor ou este estiver em desacordo constatado quando de seu uso, conforme disposto na Lei nº. 8.078, de 11/09/90 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor).

Rua Tomaz Silveira nº 459, centro, Lagoa Nova –RN – CEP 59.390-000

- 5.9. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 5.10. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, ou e-mail, conforme informações constantes na proposta.
- 5.11. Caso a notificação ocorra diretamente na sede da empresa, a mesma poderá ser acompanhada da ORDEM DE COMPRA.
- 5.12. A retirada da ORDEM DE COMPRA somente poderá ser efetuada por preposto ou representante da empresa acompanhado de documento idôneo que comprove essa situação.
- 5.13. O representante deve apresentar-se munido de documento de identidade.
- 5.14. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não retirar ou se recusar a receber a ORDEM DE COMPRA, sem justificativa plausível e aceita pelo CONISA, este convocará a empresa classificada em segundo lugar para efetuar o fornecimento, nas condições registradas no processo para o primeiro colocado, e assim por diante.
- 5.15. Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de fornecimento parcial do bem, o esgotamento da capacidade de fornecimento será o limite máximo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer.
- 5.16. Em se verificando problemas ou má qualidade dos produtos, a empresa será notificada para corrigi-los, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.
- 5.17. A indicação das marcas tem caráter meramente referencial, para estabelecer um padrão mínimo de qualidade, desempenho e compatibilidade com o ambiente institucional. Não há direcionamento, sendo aceitos produtos equivalentes ou superiores, de qualquer fabricante, desde que atendam integralmente às especificações do Termo de Referência. A referência visa reduzir risco de aquisição de itens de baixa confiabilidade e facilitar suporte técnico e manutenção, sem prejuízo da competitividade.

Da Subcontratação

- 5.18. Na presente Contratação **NÃO** será admitida subcontratação:

Da Garantia da contratação

- 5.19. NÃO haverá exigência da garantia da contratação.

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 6.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da respectiva ordem de compra e/ou serviço.
- 6.2. Os produtos deverão ser entregues na sede do CONISA, sediada na Rua Tomaz Silveira, 459, Centro Lagoa Nova/RN, CEP: 59.390-000.
- 6.3. Os bens serão recebidos provisoriamente por ocasião da sua efetiva entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

Rua Tomaz Silveira nº 459, centro, Lagoa Nova –RN – CEP 59.390-000

6.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.8. O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados neste Termo de Referência e/ou ordem de compra, conforme as condições e as necessidades do licitante.

7. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas no prazo indicado neste Termo.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao CONISA.

7.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

7.9. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao seu superior imediato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

8. DO CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Rua Tomaz Silveira nº 459, centro, Lagoa Nova –RN – CEP 59.390-000

8.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, com o FGTS, e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

8.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

8.3. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente bancária de titularidade do Contratado.

8.4. As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município Contratante, devendo constar ainda número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

8.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

8.6 - A Administração Pública Municipal efetuará a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre os pagamentos efetuados.

8.6.1 - As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços.

8.6.2 A retenção que se refere este item não será efetuada de pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como também as demais pessoas jurídicas elencadas no art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012

9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM, conforme Art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/21.

Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: www.portaldoempreendedor.gov.br;

Rua Tomaz Silveira nº 459, centro, Lagoa Nova –RN – CEP 59.390-000

9.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.3.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.3.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.3.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.3.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4. **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

9.4.1. CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

9.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.4.5. Prova de regularidade junto à **Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

9.4.6. Prova de regularidade junto à **Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

9.4.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.4.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.4.9. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.4.10. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.4.11. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.5. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

9.5.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

9.6. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

9.6.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto desta Contratação Direta – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

10. **DA ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Rua Tomaz Silveira nº 459, centro, Lagoa Nova –RN – CEP 59.390-000

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 5.227,39 (cinco mil duzentos e vinte e sete reais e trinta e nove centavos).

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. São obrigações da Contratante:

11.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

11.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado; e

11.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

11.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.1.7. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidor ou comissão designada, verificando a conformidade do combustível fornecido com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, comunicando formalmente à contratada a ocorrência de eventuais irregularidades.

11.1.8. Solicitar a entrega dos equipamentos, mediante emissão de ordens de compra ou documento equivalente, indicando os quantitativos a serem entregues, bem como disponibilizar servidor para o acompanhamento do cumprimento do objeto contratual.

11.1.9. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidor ou comissão designada, verificando a conformidade dos equipamentos fornecidos com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, comunicando formalmente à contratada a ocorrência de eventuais irregularidades.

11.1.10. Efetuar o pagamento devido à contratada, após o regular atesto do fornecimento e apresentação da nota fiscal correspondente, dentro dos prazos e condições previstos no contrato, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

12.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

12.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

12.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Rua Tomaz Silveira nº 459, centro, Lagoa Nova –RN – CEP 59.390-000

12.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.1.6. Entregar os equipamentos ao CONISA seguindo as exigências estabelecidas neste Termo de Referência, observando rigorosamente as especificações técnicas, os padrões de qualidade definidos pelo fabricante e as condições estabelecidas no Termo de Referência.

12.1.7. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade dos equipamentos fornecido, promovendo a substituição ou correção de qualquer irregularidade constatada, sem ônus para o CONISA, bem como respondendo por eventuais danos causados à Administração em decorrência do fornecimento inadequado.

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da elaboração do orçamento estimado.

13.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA-E e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

15. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CONISA: **Ação:** 2001 – Manutenção do Consórcio; **Elemento da dispensa:** 44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.

Lagoa Nova- RN, 03 de fevereiro de 2026.

Simone Michelle Guimarães
Superintendente